Informação e informações

Isabel Ferin da Cunha *

RESUMO — O conceito de informação, no sentido de informação noticiosa e de informação científica, é abreviadamente analisado. Alguns aspectos da sua produção e transferência, bem como a necessidade de uma política de informação são ainda focados.

ABSTRACT — The concept of information, in the sense of mass media's information and of scientific information, is briefly considered. Aspects of its production and transfer as well as the need for an information policy are also mentioned.

Muito se tem escrito sobre Informação e talvez seja muita pretensão minha abordar um tema tão vasto e complexo em breves linhas. Contudo, parece-me importante contrapôr dois tipos de Informação, a noticiosa e a científica, para ressaltar três questões fundamentais: a manipulação da Informação, a necessidade de uma política de Informação e a formação de profissionais competentes-conscientes.

Informação é uma palavra de origem latina, do verbo «informare», que significa dar forma, colocar em forma, criar, mas também, representar, construir uma ideia ou uma noção.

Na sua origem etimológica, encontram-se dois sentidos contraditórios: um estático — criação ou delimitação do Pensamento/Mensagem; outro dinâmico — emissão, codificação, transmissão, descodificação e recepção.

O sentido filosófico da informação, prende-se numa primeira fase ao idealismo — matéria passiva criada e activada pelo pensa-

^{*} Documentalista do Centro de Estudos Africanos da Universidade de S. Paulo, Brasil.

mento, e numa outra ao materialismo, em que o sujeito e o objecto do pensamento, se unem na prática social, resolvendo-se a contradição entre a realidade e a ideia através do *acto*.

Em sentido popular, entende-se como informação todo o esclarecimento que se possa dar a qualquer pessoa sobre o que ela indaga. Qualquer forma de conhecimento pode ser transferido.

Das conceituações apresentadas, tendo em conta que o fenómeno informativo se define não em função do objecto mas do fim, poderemos tentar caracterizar duas etapas fundamentais do processo de informar através da evolução das sociedades:

- 1.º Informação que ocorre com o próprio homem, e com o seu grupo tendo como fundamento as suas sensações, percepções e emoções;
- 2.º Înformação das relações passivas e activas do homem:
 - a) com o mundo exterior, baseado na observação empírica (acontecimentos-notícias);
 - b) com o desenvolvimento, apossamento e dominação dos fenómenos que o rodeiam (informação científica e tecnológica).

Na primeira, a informação é apenas uma simples comunicação, funcional, do indivíduo, para assegurar as necessidades da existência e subsistência física. Ela liga-se à comunicação e reprodução oral, onde o real e o imaginário se confundem, ao estágio comunitário e à transmissão da experiência comum através da consciência colectiva.

A progressiva passagem das sociedades a uma economia de mercado, a universalização dos sistemas económicos, leva a que a informação se transforme em acção de sentido único — «o monólogo informativo» (13) — isto é: informa quem tem o poder sobre os meios de comunicação (a nível nacional e internacional). A comunidade advém passiva, receptora, assimiladora, massificada por uma «liberdade de escolha pré-fabricada» (8). Na informação científica o processo é semelhante, só que mais sofisticado, já que sendo a ciência cumulativa e interdependente, ela torna-se um bem económico, de custos elevados, produzida por quem mais investe, comprada por quem mais possui.

Será esta última etapa e os seus dois aspectos que passarei a referir.

É através da transferência que a Informação atinge o seu público. Para tal necessita de todo um aparato que se pode colocar em esquema paralelo.

INFORMAÇÃO NOTICIOSA



Os quadros acima apresentados mostram que a transferência da informação noticiosa e da informação científica implica em:

Tecnologia — utilização de telecomunicações, computadores, meios reprográficos e audio-visuais.

Indústria — produção e distribuição de bens e serviços de informação, com objectivos comerciais e lucrativos.

Sendo a indústria e a tecnologia dominadas pelos países industrializados e desenvolvidos, conclui-se que a informação é um

bem ao alcance de alguns (países e ou indivíduos) que dominam os países menos desenvolvidos ou em desenvolvimento através de bancos de dados, redes e sistemas especializados, canais noticiosos, programas de televisão e propaganda comercial.

Exemplo disso é a acção das Agências noticiosas comerciais AP (Associated Press) e UPI (United Press International), responsáveis por 84% das notícias estrangeiras em 29 jornais da América Latina, difundindo apenas 9,9% sobre este continente (8). Diferente, mas com resultados idênticos, a informação científica sofre a mesma dependência: consultar um banco de dados é caro, necessita de equipamento sofisticado, pessoal técnico treinado e é pago em divisas... e há ainda a informação sigilosa— alternativas energéticas, armamento e defesa.

É inerente a esta situação o princípio aprovado nos fins da década de 40 na Conferência sobre Liberdade de Informação, realizada de 25 de Março a 21 de Abril de 1948, em Genebra sobre os auspícios da UNESCO e a que se chamou «livre fluxo da Informação» (9). A situação de real dependência da Informação tem vindo a ser denunciada cada vez com mais insistência perante aquela organização internacional. «As resoluções da Reunião dos Chefes de Estado dos Países Não Alinhados em Setembro de 1973 na Argélia, a Reunião dos Chanceleres em Lima em Agosto de 1975, assinalaram um marco político para definir as acções por desenvolver diante da dependência informativa» (9). O simpósio realizado em Tunis, sobre esta matéria (26-30 de Março de 1976) colocou claramente que «a Informação está estreitamente vínculada à independência económica, política e cultural dos países não alinhados e outros países em desenvolvimento, os quais devem impor-se, como condição definitiva para obter a sua independência, a sua libertação no campo informativo» (9).

Assim, como no campo económico se definiram como fundamentais os princípios orientadores da Carta de Direitos e Deveres Económicos dos Estados, na Informação torna-se urgente a definição a nível nacional e internacional de uma Nova Ordem Internacional para a Informação.

Vários modelos de política de Informação podem ser observados. Em linhas gerais, poder-se-á falar em um «Liberalismo Americano» dominado pela livre concorrência entre empresas fornecedoras e produtoras de informação, controlando o governo e interesses dos Estados Unidos da América; um «Estatismo Soviético» em que a máquina burocrática do Estado tudo controla e dirige; um

«Controle moderado» dos países europeus, com uma forte legislação governamental e delimitação de campos específicos de acção para a

imprensa privada e pública.

A criação de uma política de Informação deve-se exprimir a nível nacional pelo reconhecimento do que é desejável e realizável em termos de produção, transferência e acesso à Informação. «Igualmente, exprime-se através da cooperação técnica e profissional entre países e grupos sociais e do estabelecimento de políticas nacionais de comunicação, inseridas nos conceitos de uma nova ordem informativa internacional e das aspirações de outro desenvolvimento» (9). Para tal devem-se considerar: recursos, infra-estruturas, necessidades da população, a nível regional, nacional e continental. O planeamento e a implantação de redes e sistemas, tanto para a informação noticiosa como para a informação científica, tem de ser tomada como um todo, já que o homem nasce e vive envolvido em sistemas.

A Înformação como bem social, terá como função determinante o livre trânsito entre os vários sistemas, não só ao nível da informação-noticiosa mas da informação-científica. Por outro lado, ela, Informação, será um Sistema e aí teremos o problema equacionado:



Na medida em que o Meio for purificado do(s) Poder(es)/Interferência e ruído, a Informação chegará globalmente ao Receptor, podendo ser para ele reflectida ao Emissor sem obstrução dos canais que a recriam... Só assim se chegará a um sistema harmónico e realmente apto a dar a cada povo, a cada indivíduo a Informação que necessita e tem direito.

Para que a Informação se torne um bem social, um direito tão fundamental como a educação, o trabalho e a saúde, necessita o compromisso e a consciencialização do seu autor principal: o profissional da Informação. A ele compete alertar a sociedade de que há Informação e informações, e desmistificar as comunicações e o seu produto de forma que elas não mais assumam o conceito de imagens, reflexos de verdades fabricadas deliberada ou ingenuamente consumidas.

CUNHA, Isabel Ferin da — Informação e informações

BIBLIOGRAFIA

- 1 ALMEIDA, Mauro. Comunicação de Massa no Brasil. Belo Horizonte, Ed. Júpiter, 1971. 144 p.
- 2 BAGDIKIAN, Ben H. Sociologia da comunicação: máquinas de informar. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1975. 420 p.
- 3 BORDENAVE, Juan Diaz & CARVALHO, Horácio Martins de. Comunicação e planejamento. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979. 247 p.
- 4 CONCEPT (le) D'INFORMATIONS DANS LA SCIENCE CONTEMPORAINE. Paris, Les Editions de Minuit, 1965. 423 p. (Information et Cybernétique).
- 5 FERREIRA, José Rincon. Sistemas e Serviços de Informação para Ciência e Tecnologia: a informação on-line. Rev. bras. Bibliotecon. Doc. São Paulo, 13 (1/2):7-37, jan.jun. 1980.
- 6 FISCHER, Heinz-Dietrich & MERRIL, John Calhoun. Comunicação internacional: meios, canais, funções. São Paulo, Cultrix, 1975. 581 p.
- 7 GARCIA, Maria Lúcia Andrade. Políticas e programas nacionais de informação científica e tecnológica. *Ci. inf.*, Brasília, 9(1/2):5-39, 1980.
- 8 GUARESCHI, Pedrinho A. *Comunicação & Poder*: a presença e o papel dos meios de comunicação de massa estrangeiros na América Latina. 2.º ed. Petrópolis, Vozes, 1981. 92 p.
- 9 INFORMAÇÃO(A) NA NOVA ORDEM INTERNACIONAL. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980. 291 p. (Col. Educação e Comunicação, 3).
- 10 LAGE, Nilson. Ideologia e técnica da Notícia. Petrópolis, Vozes, 1979. 116 p.
- 11 MARTINS, Myrian Gusmão de. Planejamento bibliotecário. São Paulo, Pioneira; Brasília, INL, 1980. 166 p. (Manuais de Estudo).
- 12 McLUHAÑ, Marshal. Os meios de comunicação como extensão do homem. São Paulo, Cultrix, 1979, 407 p.
- 13 XIFRA-HERAS, J. A informação: análise de uma liberdade frustrada. Rio de Janeiro, EDUSP, 1975. 346 p.